

## 2. EVOLUÇÃO DO CONSUMO INTERNO DE CAFÉ

Como descrito anteriormente, a política valorizacionista do café, dos anos 50, trouxe como consequência, a elevação da produção a níveis indesejáveis, exigindo substanciais recursos do governo, para a compra e manutenção dos excedentes de produção, o que imprimia um fator expansivo sobre os meios de pagamento.

Para não se repetirem as grandes queimas de café praticadas na década de 30, iniciou-se, em fins de 1958, através da resolução 126 do IBC, a "Campanha de Aumento do Consumo Interno de Café", dando desconto especial às torrefações e moagens paulistas, na compra de café crú <sup>(1)</sup>.

Essa campanha tinha, entre outros objetivos incrementar o consumo brasileiro de café, dar vazão aos volumosos excedentes de safras em mãos do governo, possibilitar ao consumidor preços reduzidos e melhorar a qualidade consumida.

Ao IBC, foi atribuído o monopólio do fornecimento de café às indústrias de torrefação e moagem, de forma que estas tivessem uma cota de matéria-prima a preço altamente inferior ao praticado no mercado. Os preços de venda, no atacado e no varejo, do café torrado e moído - café regular - eram controla -

---

<sup>(1)</sup> De 1932 a 1940 foram queimadas cerca de 80 milhões de sacas de cafés dos estoques oficiais brasileiros.

dos pelo governo, através de tabelamento <sup>(1)</sup>.

O suporte financeiro deste programa ficou por conta dos recursos obtidos com a cota de contribuição das exportações brasileiras de café e, ainda, pelo próprio valor das vendas dos estoques oficiais.

Através da resolução 127, de 1959, estende-se a campanha a todo território nacional, estabelecendo em Cr\$ 0,75 o preço da saca. Os preços, a nível de atacado foram fixados em Cr\$ 0,037 o kg e, a nível de varejo em Cr\$ 0,040 o Kg, o que representou um markup de 136,8% do atacadista e 8,1% do varejista.

Os preços do café cru fornecidos pelo IBC à Indústria de Torrefação e Moagem foram paulatinamente elevados até 1966, sendo novamente reduzidos em 1967 para Cr\$ 1,00 a saca. A magnitude de subsídios que isto representou pode ser avaliada através da comparação entre os preços de garantia de compra e os preços de venda de café do IBC. Em 1960, o subsídio representou 64,5% do preço de garantia, em 1963, de 88,4% e em 1967, de 97,8%. Nota-se assim, como o consumo interno foi fortemente estimulado através do fornecimento oficial do café, com preços simbólicos.

Diante disto, o número de indústrias de torrefação e moagem, no Brasil, ampliou-se acentuadamente, passando de 2.250 em 1960 até o máximo de 2.860 em 1966, exigindo, portanto, o fornecimento oficial do café <sup>(2)</sup>. Em conse

---

(1) O preço inicialmente fixado para o fornecimento do café à São Paulo, foi de Cr\$ 1,00 a saca de café cru; de Cr\$ 0,040 e Cr\$ 0,046 o quilo de café no atacado e no varejo, respectivamente.

(2) Acredita-se que a ampliação do número de indústrias deveu-se, também, às indústrias "fantasmas", criadas com intuito de obter o fornecimento do café subsidiado que depois era desviado para outras finalidades (exportação ou venda ao próprio IBC).

quência, houve um gigantismo do setor de fiscalização e administração do IBC, sendo necessários recursos substanciais para garantir o abastecimento uniforme a todo país.

O consumo interno apresentou um aumento significativo, como pode ser visto através da Tabela IV. Houve um aumento do consumo, em todo país, inclusive na região Nordeste, onde não existia o hábito enraizado de tomar café, devido às condições climáticas e às dificuldades de abastecimento local. O consumo concentrou-se nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul do país, com uma participação variando entre 55 a 60%, 15 a 20% e, 14 a 16% respectivamente. As regiões Norte e Centro-Oeste não apresentam consumo significativo de café regular, com uma participação conjunta de 10% no total.

A despeito disto, os estoques oficiais continuaram volumosos, sendo necessárias, medidas mais severas para reduzi-los; isto foi feito através do programa de erradicação dos cafezais. Devido a este programa, observou-se uma insuficiência da produção no atendimento à demanda, colocando o IBC na contingência de reduzir gradativamente os subsídios ao consumo interno.

Assim, a partir de 1968, os subsídios foram se reduzindo, levando o preço do café cru, de Cr\$ 1,00 a saca, que vigorou desde janeiro de 1967, para Cr\$. 10,00 a saca em fevereiro de 1968 e, para Cr\$ 21,00 em agosto do mesmo ano, o que dá uma média de Cr\$ 13,83 a saca.

Como pode ser visto na Tabela V, que apresenta a evolução dos preços do consumo interno, a partir de 1968 os preços da matéria-prima - café cru - foram majorados proporcionalmente mais do que os preços de atacado do café regular, estreitando, desta forma, o markup do atacadista, o mesmo ocorrendo com a margem do varejista, porém com intensidade menor.

TABELA IV - CONSUMO TOTAL E PER CAPITA DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO NO BRASIL E PREÇO REAL NO VAPEJO, 1960/1981.

Ano	CONSUMO TOTAL (1000 sc) <sup>(1)</sup>	CONSUMO PER CAPITA (Kg/hab)	PREÇO REAL NO VAPEJO (Cr\$/Kg) <sup>(2)</sup>
1960	5.118,3	4,38	8,41
1961	5.787,1	4,82	8,22
1962	6.223,9	5,03	5,43
1963	6.744,8	5,30	5,39
1964	7.524,0	5,75	5,22
1965	8.131,7	6,04	4,41
1966	8.097,4	5,84	5,06
1967	8.623,8	6,05	3,88
1968	8.751,8	5,97	7,27
1969	8.745,0	5,80	9,68
1970	8.888,2	5,73	10,53
1971	8.831,2	5,55	16,02
1972	6.712,9	4,12	22,91
1973	6.733,0	4,03	26,61
1974	7.504,7	4,38	28,08
1975	6.915,9	3,94	33,98
1976	6.410,5	3,56	56,96
1977	7.035,9	3,82	56,15
1978	6.810,7	3,60	46,72
1979	6.612,5	3,42	47,38
1980	7.162,4	3,61	37,22
1981	7.389,0	3,63	34,52

<sup>(1)</sup> Em equivalente verde.

<sup>(2)</sup> Deflador: Índice de Custo de Vida no RJ. Base: 1977.

Fonte: ABIC.

TABELA V - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE CONSUMO INTERNO  
 Café cru, Torrado e Moído no Atacado e Varejo  
 1960-1981

Ano	CAFÉ CRÚ Cr\$/sc <sup>(1)</sup>	ATAcado Cr\$/Kg	MARkUP DO ATAcado % <sup>(2)</sup>	VAREJO Cr\$/Kg	MARkUP DO VAREJO %
1960	0,792	0,039	136,4	0,043	10,2
1961	0,974	0,048	136,5	0,056	16,7
1962	0,690	0,048	233,9	0,056	16,7
1963	1,070	0,082	267,8	0,095	15,8
1964	2,042	0,152	257,3	0,176	15,8
1965	2,200	0,205	347,3	0,247	20,5
1966	5,300	0,335	203,4	0,400	19,4
1967	1,000	0,342	1.541,6	0,400	17,0
1968	13,83	0,804	179,0	0,918	14,2
1969	28,33	1,33	125,3	1,49	12,0
1970	39,50	1,79	117,5	1,99	11,1
1971	85,58	3,31	85,6	3,63	9,7
1972	182,08	5,46	43,9	6,06	11,0
1973	266,67	7,33	31,9	7,93	8,2
			(42,5); <sup>4</sup>		
1974	335,42	9,87	40,5	10,68	8,8
			(94,0)		
1975	482,22	15,45	53,8	16,87	9,2
1976	1.409,30	36,67	24,9	39,63	8,1
			(39,4)		
1977	2.382,98	50,98	2,7	56,15	10,1
			(58,0)		
1978	1.802,42	60,00	59,8	64,80	8,0
			(64,1)		
1979	2.782,08	92,89	60,3	100,36	8,0
1980	4.961,67	133,42	29,1	144,10	8,0
			(64,1)		
1981	6.783,33	253,69	79,5	274,73	8,3
			(118,2)		

<sup>(1)</sup> A partir de 1972, os preços do café cru referem-se aos preços de mercado, sem os subsídios concedidos pelo IBC, nos períodos relacionados no texto.

<sup>(2)</sup> Para os cálculos da margem do atacado, transformamos os preços da saca de café cru em quilo, usando a taxa de conversão de 0,8; ou seja, a saca de 60 kgs de café cru é equivalente a 48 kgs de café regular.

\* Os valores entre parênteses referem-se à margem a partir de estimativa dos subsídios concedidos.

Ponte: Dados básicos fornecidos pela ABIC.

Através desta Tabela, também temos indicações da magnitude do subsídio indireto dados às indústrias de torrefação e moagem. Em 1960, o preço do quilo do café regular era 136,4% maior do que o preço do quilo do café crú. Esta relação aumentou, de maneira acentuada, até 1967 e, observa-se a partir de então, sua queda.

Esta nova situação, de redução dos subsídios, foi diagnosticada da seguinte forma: "A paulatina redução dos subsídios para o café do consumo interno e a conseqüente liberação deste mercado, tenderão a produzir alterações de caráter estrutural em todo mecanismo de oferta". E advertia-se: "É necessário que se prognostiquem tais mudanças, a fim de que sejam criadas, desde logo, condições institucionais e administrativas que permitam e, mesmo acentuem tal evolução. A política contrária, de manutenção das regras atuais, fará com que o setor se mantenha despreparado para as novas condições quando vierem (SPL, 1968)"<sup>(1)</sup>.

Em virtude da erradicação excessiva dos cafezais e da geada ocorrida em 1969, a produção e os estoques oficiais reduziram-se, gerando expectativa de escassez no abastecimento do produto no mercado internacional. Os importadores dos cafés brasileiros passaram a exigir garantias de fornecimento, induzindo as autoridades do setor cafeeiro a tomar medidas de caráter residual com respeito ao consumo interno<sup>(2)</sup>. Assim, em 1971 o IBC se decidiu pela extinção da Campanha de Aumento do Consumo Interno, liberando totalmente o fornecimento às vias tradicionais e, eliminando o tabelamento de preços<sup>(3)</sup>.

---

<sup>(1)</sup> A este respeito ver Rocha (1973).

<sup>(2)</sup> A este respeito ver OIC (1970).

<sup>(3)</sup> Resolução 539 de 16/12/1971.

O que se observa, neste período de 1959 a 1971, foi a criação de um mercado interno para o café brasileiro, pois até 1959 a venda de café no país não ultrapassou 2,8 milhões de sacas e, após o estímulo, o Brasil passou a ser o segundo mercado consumidor de café do mundo, seguindo-se aos Estados Unidos. Entretanto, a facilidade de obtenção da matéria prima e o preço tabelado, desestimularam a concorrência entre os torrefadores, que se desculpavam da melhoria do produto e de sua própria apresentação. Isto impediu uma diversificação de qualidade e um aprimoramento de "marketing".

A indústria nacional, habituada à proteção do governo em relação à matéria-prima, teve de se adaptar às condições do mercado, sem estar, no entanto, preparada para tal, esbarrando com problemas de fontes de fornecimento e qualidade de café <sup>(1)</sup> <sup>(2)</sup>.

Porém, a liberação total do mercado não perdurou por muito tempo. A ocorrência de geada em 1972 e a concorrência pela matéria-prima elevou rapidamente os preços dos cafés de baixa qualidade, que passaram a ser adquiridos pela Indústria <sup>(3)</sup>. Esta, por sua vez, tentou repassá-los ao consumi

---

<sup>(1)</sup> Numa tentativa de amenizar os efeitos da liberação do mercado, o Conselho de Desenvolvimento Industrial adotou política de incentivos fiscais para o setor (redução do IPI). Com esta mesma finalidade, o IBC passou a promover cursos de classificação e degustação de café.

<sup>(2)</sup> Para superar a fase de adaptação à nova conjuntura, os industriais do setor de torrefação decidiram se unir e fundaram a Associação Brasileira das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café (ABIC).

<sup>(3)</sup> Além de serem usados cafés de baixa qualidade, geralmente do tipo 8, começou-se a misturar outros produtos, como soja, cevada e, principalmente milho.

dor, sendo barrada pela reintrodução do tabelamento dos preços de varejo <sup>(1)</sup>. Sendo assim, apesar de reconhecida a necessidade da liberação do mercado, por parte da Indústria e do Governo, decidiu-se pelo retorno ao fornecimento via IBC, a preços subsidiados, já em maio de 1973. Este fornecimento foi de caráter parcial, vindo apenas complementar o mercado.

Este procedimento perdurou até agosto de 1974 quando, então, a safra brasileira recuperou-se, colhendo-se 28,1 milhões de sacas, conforme mostra a Tabela I do capítulo anterior.

O consumo de café reduziu-se mais de 2 milhões de sacas em 1972 relativamente a 1971, não mais recuperando o nível anterior até o final do período analisado. Em termos de consumo per capita nota-se pela Tabela IV, a grande redução a partir de 1972, situando-se em 4,12 quilos por habitante, contra uma média de 5,52 quilos por habitante verificada no período 1960/71. Observa-se adicionalmente, que a partir de 1975, o consumo per capita passa a se situar abaixo de 4,0 kg/habitante. Os preços reais de varejo apresentaram-se crescentes já a partir de 1968, sendo a tendência reforçada até 1977.

Tendo isto em vista, analisemos o markup do atacadista da Tabela V. Observamos que apesar dos preços de varejo (e também de atacado) terem-se elevado excessivamente, houve um estreitamento do markup, o que tornava em alguns períodos, inviável a manutenção do preço tabelado para o produto final, dado o crescimento dos preços da matéria-prima. Diante disto, era forçosa a complementação do mercado pelo IBC a preços subsidiados, nos períodos de grande escassez de produção, como veremos ao longo do texto.

---

<sup>(1)</sup> Portaria 02 da Sunab, de 1972.

Neste período, ocorreram inúmeras fusões e incorporações de indústrias ligadas ao setor de torrefação e moagem de café, com a finalidade de superar os problemas ligados aos custos de distribuição do produto <sup>(1)</sup>. Em 1974, o número de indústrias situava-se em torno de 1756, com redução de mais de 1.000 firmas em um período de 10 anos.

De agosto de 1974 a junho de 1976, o consumo interno foi entregue à livre concorrência do mercado, encarregando-se, a Indústria, de garantir seu próprio fornecimento e de formar seu preço de venda <sup>(2)</sup>.

Ao ser liberada a comercialização interna, os exportadores passaram a se interessar pela conquista deste novo mercado, oferecendo orientação às indústrias no que concerne à importância da formação de estoques e da programação de compras. Assim, a indústria passa a se contactar com produtores, exportadores e também maquinistas.

Apesar da maior liberdade no reajuste dos preços do café regular, várias empresas com estruturas deficientes, passaram a enfrentar problemas sérios na nova conjuntura, diante da necessidade de maior capital de giro para compra e estocagem da matéria-prima. Em 1975, o número de indústrias reduziu-se em mais de 200.

---

<sup>(1)</sup> Exemplo disto foram a tradicional Café Caboclo, que passou ao controle da Copersucar e, as Indústrias Bhering para o Grupo Barreto.

<sup>(2)</sup> A Indústria necessitava apenas justificar os reajustes de preços à Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda.

<sup>(3)</sup> Maquinistas são comerciantes que adquirem o café dos produtores, sem prévia classificação e eles próprios efetuam a separação dos defeitos para obter o tipo mais elevado, vendendo-o, após isto, aos exportadores e ao IBC, sendo o de pior qualidade, vendido à Indústria interna.

Por isso, entenderam os responsáveis pelo setor interno do café, a necessidade de união entre Indústria e Governo, no sentido de verificar as reais condições do mercado. Formou-se, então, um Grupo de Trabalho Misto composto por elementos da ABIC e do IBC, numa tentativa de cooperação mútua para o andamento da atividade produtiva, marginalizada pelo setor mais forte do mercado: o comércio externo, do qual derivam as divisas para o país. Desta união resultaram algumas diretrizes, principalmente no que se relaciona à normalização do número de torrefadoras existentes, à criação de linhas de financiamento para o setor bem como à necessidade de se dar novo impulso ao consumo de café.

Assim, a Indústria procurou sua modernização, objetivando o aperfeiçoamento do processo de produção com intuito de melhoria de qualidade e apresentação mais atrativa ao consumidor, como é o caso da embalagem à vácuo, que proporciona durabilidade maior ao produto.

A perspectiva de melhor rentabilidade no setor atraiu o interesse de outros grupos - nacionais e multinacionais - já atuantes no mercado, através da inovação de filtros de papel e, da própria Indústria do Solúvel, aumentando a concorrência interna.

A Indústria nacional de café solúvel foi basicamente criada na década de 60 para possibilitar a produção doméstica deste tipo de café e permitir a diversificação das exportações brasileiras. Isto se enquadra dentro da orientação de política econômica de estimular as vendas externas de produtos processados ao invés de vendê-los "in natura". Na década de 70, pode-se dizer que a Indústria do solúvel já contava com ampla capacidade instalada e passou a intensificar sua colocação no mercado internacional. Diante de dificuldades encontradas por barreiras protecionistas nos países importadores

- resistência das indústrias locais - a indústria brasileira também se volta para o mercado interno <sup>(1)</sup>.

Assim, a Indústria de café solúvel recebeu do IBC a permissão da utilização de créditos acumulados do imposto de circulação de mercadoria (ICM) das exportações bem como fornecimento a preços subsidiados, direcionando-a para a produção do café regular e permitindo a redução dos diferenciais de preços entre os dois tipos de café. Este fato conduziu a um acirramento na concorrência interna.

Pelo gráfico I, que apresenta a evolução do consumo per capita de café regular e solúvel e, pela Tabela VI, que apresenta a participação percentual do consumo do solúvel em relação ao regular, observamos que o consumo de café solúvel não tem seguido a mesma tendência do de regular. O consumo per capita de café regular sofreu queda brusca em 1972, continuando esta trajetória até o final do período analisado, ao passo que o consumo per capita de café solúvel tem crescido persistentemente. A participação percentual do consumo do solúvel, que não ultrapassou a ordem de 0,5 na década de 60, teve rápida evolução na década de 70.

A explicação para o comportamento do consumo do café solúvel pode ser encontrada na Tabela VII. Essa tabela apresenta a evolução dos preços dos dois tipos de café. Observa-se que a relação entre preços por quilo de solúvel e preços por quilo de regular declina rapidamente a partir de 1968. Observa-se esta mesma tendência através do cálculo da relação entre preços

---

<sup>(1)</sup> A questão do café solúvel pode ser acompanhada em Mendonça de Barros (1972) e Dória (1977).

GRÁFICO I - EVOLUÇÃO DO CONSUMO PER CAPITA DE CAFÉ NO BRASIL,  
1960 - 1981

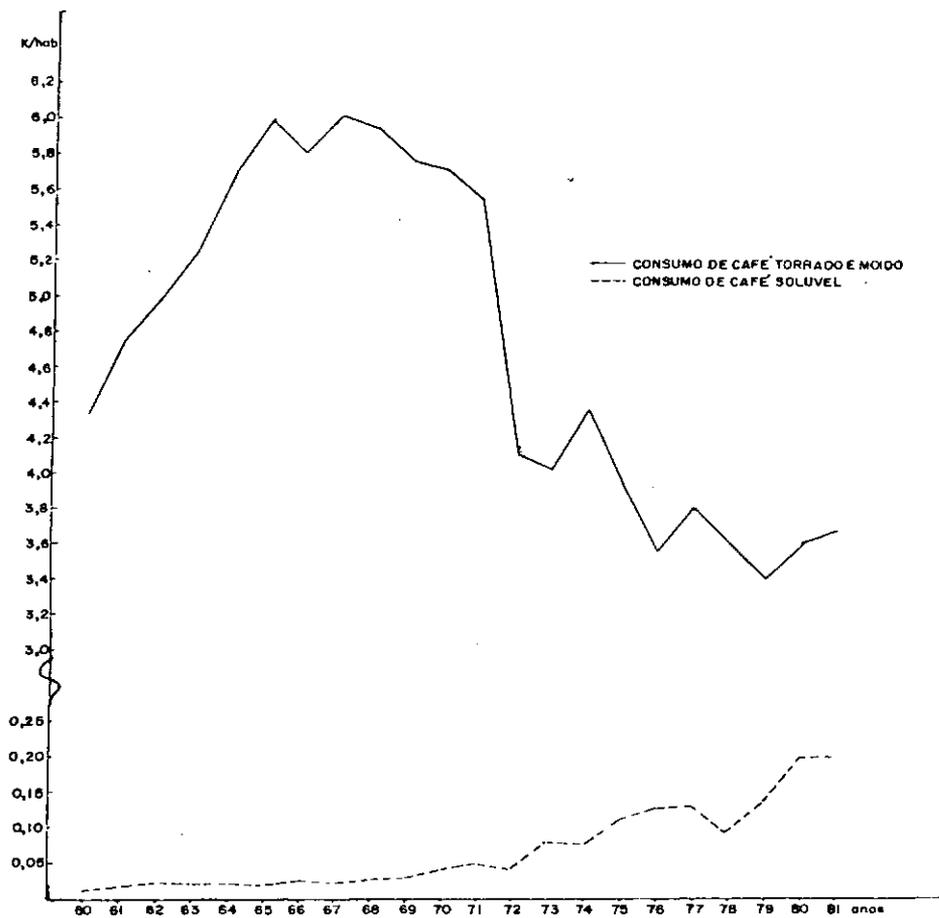


TABELA VI - CONSUMO DE CAFÉ SOLÚVEL NO BRASIL, 1960-1981  
EM EQUIVALENTE SACA DE 60 KGS DE CAFÉ VERDE

Ano	CONSUMO DE SOLÚVEL	PART. % DO CONSUMO DE SOLÚVEL S/ O DE CAFÉ REGULAR
1960	14.550	0,28
1961	19.200	0,33
1962	27.300	0,43
1963	29.500	0,43
1964	26.350	0,35
1965	23.067	0,28
1966	33.597	0,41
1967	27.120	0,31
1968	39.167	0,44
1969	43.724	0,49
1970	60.719	0,68
1971	75.307	0,85
1972	66.938	0,99
1973	130.525	1,93
1974	124.941	1,66
1975	198.710	2,87
1976	231.277	3,60
1977	240.780	3,42
1978	178.083	2,61
1979	258.731	3,91
1980	403.861	5,63
1981	414.070	5,60

Fonte: Anuário Estatístico do Café, 1980/81 e Dória (1977).

TABELA VII - RELAÇÃO DE PREÇOS DO CAFÉ REGULAR E DO SOLÚVEL  
1960-1981

ANO	PREÇO POR QUILO		(2) (1)	PREÇO POR XÍCARA*		(4) (3)
	CAFÉ (1) REGULAR	CAFÉ (2) SOLÚVEL		CAFÉ (3) REGULAR	CAFÉ (4) SOLÚVEL	
1960	0,043	0,756	17,58	0,00036	0,00151	4,19
1961	0,056	0,928	16,57	0,00047	0,00186	3,96
1962	0,056	1,158	20,68	0,00047	0,00232	4,94
1963	0,095	1,917	20,18	0,00079	0,00383	4,85
1964	0,176	3,546	20,14	0,00147	0,00709	4,82
1965	0,247	4,804	19,45	0,00206	0,00961	4,66
1966	0,400	6,099	15,25	0,00333	0,01220	3,66
1967	0,400	7,906	19,76	0,00333	0,01581	4,75
1968	0,918	9,687	10,55	0,00765	0,01937	2,53
1969	1,493	11,21	7,51	0,01244	0,02242	1,80
1970	1,989	15,81	7,95	0,01657	0,03162	1,91
1971	3,634	23,33	6,42	0,03028	0,04666	1,54
1972	6,060	29,17	4,81	0,05050	0,05834	1,15
1973	7,930	43,42	5,47	0,06608	0,08648	1,31
1974	10,680	55,43	5,19	0,08900	0,11086	1,25
1975	16,870	74,21	4,40	0,14058	0,14842	1,06
1976	39,630	129,3	3,26	0,33025	0,25860	0,78
1977	56,150	261,6	4,66	0,46792	0,52320	1,12
1978	64,800	276,0	4,26	0,54000	0,55200	1,02
1979	100,360	297,9	2,97	0,83633	0,59580	0,71
1980	144,100	523,7	3,63	1,20083	1,04740	0,87
1981	274,730	1.217,0	4,43	2,28941	2,43400	1,06

\* Considerou-se que 1 kg de café regular rende 120 xícaras e 1 kg de café solúvel rende 500 xícaras.

Fonte: ABIC e Nestlé.

por xícara de café solúvel e preços por xícara de regular, que chega, inclusive, a se inverter em alguns anos. Estes fatores levam-nos a crer que deve estar havendo algum grau de substituição entre os dois tipos de café.

A possibilidade da manutenção dos preços de varejo de café solúvel comparativamente inferiores ao café regular ao longo da década de 70, deve-se à:

- a matéria-prima ter menor peso no custo de fabricação do café solúvel do que no de torrado e moído.

- à indústria do solúvel é permitida a utilização de créditos acumulados de ICM das exportações.

- há indústrias que atuam no ramo de alimentos, que fabricam o café solúvel e por isso podem ratear as elevações de preços da matéria-prima entre todos os produtos fabricados por ela.

A forte geada de 1975 repercutiu enormemente em todo o setor cafeeiro, colocando novamente o mercado interno diante da necessidade do abastecimento da matéria-prima dos estoques do IBC, que por sua vez retorna à sistemática de tabelamento de preços. Esta situação perdurou de julho de 1976 a junho de 1977, quando se passou a fonte do abastecimento das indústrias, do IBC para os exportadores, através do Programa de Suprimento Vinculado à Exportação (PROMIVE). O programa objetivava atender aos interesses de todos os setores da economia cafeeira, conjuntamente, definindo uma fatia de oferta brasileira destinada ao consumo interno e à exportação, qual seja, 1/3 para o consu-

mo interno e 2/3 para exportação <sup>(1)</sup>.

Como vimos no capítulo anterior, os países importadores promoveram campanhas de boicote ao consumo de café, numa tentativa de barrar as altas de preços verificadas após a geada de 1975. Estas campanhas intensificaram-se a partir do início de 1977. Sendo assim, para não ceder diante das pressões feitas pelos importadores, o IBC não reduziu seus preços mínimos de exportação e, diante das dificuldades das vendas externas aos preços existentes, decidiu-se canalizar parte da produção dos exportadores para o mercado interno.

Em 1978, quando decidiu-se abandonar a política extremamente valorizacionista, extingue-se o PROMIVE ficando o mercado novamente livre <sup>(2)</sup>.

Com a liberação do mercado às vias de comércio, houve oportunidade de ingresso no mercado, de uma empresa multinacional ligada ao setor - líder na comercialização de filtro de papel. Esta empresa recebeu do IBC a concessão para atuar na linha de torrefação e moagem, o que causou grande insatisfação por parte das indústrias já instaladas, diante da capacidade ociosa existente no setor. O registro concedido a esta empresa veio contrariar as diretrizes oficiais que pregavam o estímulo às empresas nacionais de pequeno e médio porte.

---

<sup>(1)</sup> Para isto, o IBC emitiu Certificados de Quotas às indústrias, habilitando-as, na proporção de suas respectivas participações passadas no mercado, a adquirir das firmas exportadoras sacas de café ao preço máximo de Cr\$. . . . 2.000,00 a saca. A transação sendo feita, os certificados eram passados aos exportadores, que os utilizavam para fazer o registro de suas exportações.

<sup>(2)</sup> Deve ser mencionado que este programa foi considerado como vitória para a Indústria doméstica, pela limitação da oferta externa em função do consumo interno.

A perspectiva dos empresários começou a mudar, através da descoberta das vantagens de atuação em mais de um setor ligado ao produto, do conjunto de oportunidades que isto oferece, resultando em maior eficiência empresarial. Desta forma, surgiram empresas que passaram a atuar na produção, beneficiamento, comercialização interna e externa do grão verde, torrefação e moagem e so-lúvel.

Em 1980, nova intervenção é feita no mercado pelo IBC diante da baixa produção obtida, perdurando até meados de 1981. Esta situação, de fases de intervenção alternadas por fases de liberdade, incompreendida pela Indústria de Torrefação e Moagem, levou-a a cobrar do IBC uma política definida para o setor <sup>(1)</sup>.

Do que foi exposto conclui-se que a política de mercado sempre foi subordinada aos interesses da exportação do café. Esta política teve, entretanto, duas fases bem distintas, que correspondem aos períodos de excesso e escassez de produção já descritos. Na década de 60, o estímulo ao consumo interno se fez graças aos pesados subsídios concedidos à matéria-prima, que resultou passar a ser o Brasil o segundo consumidor de café do mundo. Observe-se que nesta fase a política, embora talvez pouco eficiente em termos do uso de recursos, causou poucas fricções, na medida em que beneficiava os consumidores e facilitava a gestão de estoques.

Entretanto, o mesmo caráter de subordinação acima mencionado, implicou numa mudança radical de política ao longo dos anos 70, quando o país entra numa fase de escassez. Agora, o problema consiste em ajustar residualmente o merca

---

<sup>(1)</sup> A este respeito ver Leite (1980).

do às disponibilidades e aos volumes de exportação, em condições de flutuação da produção semelhantes à década passada. Para tanto, a variável básica de controle, foi a rápida e severa elevação dos preços ao nível de varejo. Entre tanto, para não pressionar excessivamente o Índice geral de preços, o tabelamento não acompanhou a mesma proporção dos aumentos de preços da matéria-prima. Sendo assim, para se garantir a efetividade dos preços tabelados era forçosa a complementação do mercado pelo IBC a preços subsidiados, nos períodos em que a margem se estreitava demais.

Porém, isto não impediu que em relação aos meses de 1967 os preços reais no varejo se elevassem entre 10 e 15 vezes, resultado dificilmente observado para qualquer outro produto de alguma relevância no consumo doméstico. Neste sentido, e embora o café não seja um alimento básico como o feijão, observamos aqui também um momento de aperto do consumo interno em favor do maior volume de vendas ao exterior <sup>(1)</sup>.

Este novo direcionamento da política cafeeira provocou grandes modificações estruturais no mercado interno, induzindo a Indústria de Torrefação e Moagem na procura constante de se ajustar às novas condições do mercado. O estreitamento da margem de comercialização levou a fusões e incorporações de algumas indústrias, à diversificação de outras e até fechamento de grande número delas.

Com relação à quantidade consumida de café regular no Brasil, observou-se sua redução e posterior manutenção a níveis que variaram entre 6 e 7,5 milhões de sacas. Em termos de quantidade per capita, esta se reduziu persistentemente ao longo do período, propiciando a evolução crescente do consumo de café solúvel.

<sup>(1)</sup> A este respeito ver Mendonça de Barros e Graham (1977).